



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

III – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Márcio, no dia 24 de dezembro de 2022, decide ir ao Shopping Hell para comprar presentes para os 13 parentes que virão passar o natal em sua casa. Ao chegar no estacionamento, fica 45 minutos esperando uma vaga de garagem até que um carro liga a luz de ré e ele se posiciona para estacionar, acionando a seta para indicar que a vaga era dele. Antes de conseguir entrar, Penélope, que acabara de chegar no shopping, estaciona na vaga e, ao sair do veículo, diz para Márcio: “acorda mané, o mundo é dos espertos”. Indignado, Márcio mira os pés da mulher e efetua disparos de arma de fogo contra Penélope para lesioná-la. Ela, em pânico mas sem ser atingida, se assusta e, ao fugir, morre a 50 metros do local dos disparos, caindo do terceiro andar após escorregar em uma poça de óleo deixada no chão por outro veículo, sem que Márcio tivesse culpa em relação a esse acidente. O atirador foge sem ser preso. O delegado responsável pelo caso requisitou as imagens das câmeras do Shopping e identificou a placa do carro de Márcio e, por via oblíqua, chegou no responsável pela morte da mulher. O promotor de justiça da 2ª Vara do Júri da Comarca de São Paulo-SP, após o término das investigações, oferece denúncia contra Márcio por homicídio qualificado por feminicídio, pelo fato da vítima ser mulher. Após receber a denúncia e instruir os autos, no final da 1ª fase do rito especial do Júri, o magistrado, mesmo em dúvida e valendo-se do “in dubio pro societate”, optou por pronunciar o acusado nos termos da denúncia, com fundamento no art. 413 do CPP. Intimado da decisão, o representante do Parquet manteve-se inerte, optando por não recorrer. Márcio, é intimada(o) da decisão de pronúncia no dia 11.12.2023 (segunda-feira).

Considerando apenas as informações expostas, apresente, na condição de advogado(a) de Márcio, a peça jurídica cabível, diferente do habeas corpus e embargos de declaração, expondo todas as teses pertinentes de direito material e processual. A peça deverá ser datada no último dia do prazo para apresentação, devendo segunda a sexta-feira serem considerados dias úteis em todo o país. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Paulo, primário e com bons antecedentes, foi denunciado pelo Ministério Público pela prática de um furto simples praticado em uma residência. Aproveitou que Luiz deixou a porta aberta para lavar o carro no quintal e entrou na casa, subtraindo um telefone celular Iphone 15 Pro Max, avaliado em R\$ 13.000,00 (treze mil reais). No momento de sua oitiva na Delegacia, Paulo deu para o escrivão um endereço errado, buscando não ser localizado futuramente. O juiz recebeu a denúncia e determinou a citação do réu para responder a acusação, nos termos do art. 396 do CPP. Após diversas diligências no endereço errado, o oficial de justiça certificou que o réu estava em lugar incerto e não sabido. Seguindo o devido processo legal para situações como essas, o juiz determinou a citação do réu por edital. Após o esgotamento do prazo do edital sem que o réu comparecesse nem constituísse advogado próprio, o processo e a prescrição restaram suspensas, nos termos do art. 366 do CPP. Com base na situação hipotética apresentada, responda, fundamentadamente:

- a) Por quanto tempo o prazo prescricional poderá, no máximo, ficar suspenso especificamente nesse caso? Quantifique a sua resposta.
- b) Pode o juiz decretar a prisão preventiva de Paulo nesse caso concreto? Fundamente a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Solange, aluna da Faculdade de Medicina, para perder o medo dos cadáveres e conseguir atuar nas aulas práticas do curso, decide frequentar velórios aleatórios em sua cidade. Certo dia, ao chegar em outro velório, encontra Murilo, seu padrasto que a havia estuprado quando era criança. Mesmo ele estando morto e sendo velado, ela aproveita a distração dos familiares dele, pega um machado do corpo de bombeiros do local e destrói o cadáver. É presa em flagrante por populares e levada para a Delegacia de Polícia. Após regular processamento, a ré é condenada a duas penas restritivas de direito: a) prestação de serviços à comunidade; e b) proibição de frequentar outros velórios. A partir dessa situação, responda:

A) Qual foi o crime praticado por Solange? Fundamente demonstrando a correta tipificação.

B) As penas restritivas de direito aplicadas pelo juiz possuem embasamento legal e relação com o caso concreto? Fundamente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

João Pedro cumpre pena no presídio de Altamira há 3 anos em regime fechado, pela prática de crime sexual contra vulnerável. Em janeiro de 2024, compareceu em sua cela um perito oficial junto com o diretor de disciplina do presídio, para colher uma amostra de perfil genético do preso (DNA) para fins de identificação criminal e cadastro em sistema próprio. Incomodado com aquela situação, João Pedro recusou-se a abrir a boca para o perito colocar um cotonete e colher sua saliva, para extração de DNA, recusa essa documentada oficialmente. João Pedro, 15 dias depois, foi informado de que havia perdido 100% de seus dias remidos pela prática de falta grave. A respeito dessa situação, responda aos itens a seguir.

- a) Poderia o perito colher o DNA do preso nesse caso? Justifique a sua resposta.
- b) A recusa em fornecer o DNA poderia ter como consequência uma falta grave? Fundamente a sua resposta.
- c) Acertou o juiz da Vara das Execuções Penais em decretar a perda de todos os dias remidos pelo condenado? Justifique e fundamente a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Felipe está sendo investigado criminalmente pelo crime de poluição, por ter, de forma culposa, provocado a mortandade de animais. Assustado com a notificação encaminhada pela Delegacia de Crimes Ambientais da circunscrição de Piraputanga-MS, Felipe contrata você como advogado para acompanhá-lo em sua oitiva. Trabalhando apenas com as informações do enunciado, responda aos questionamentos a seguir:

A) No plano do direito processual, qual benefício processual será cabível se Felipe confessar o delito na Delgacia? Fundamente a sua resposta.

B) No plano do direito material, qual benefício penal será cabível se Felipe for condenado ao final do processo a pena máxima? Fundamente a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

